

Zélia quer saldar débito público com bônus

O governo brasileiro propôs ontem aos bancos privados credores do País no exterior o pagamento de toda a dívida externa do setor público brasileiro, com aval do Tesouro Nacional, através da emissão de bônus com três prazos diferentes de vencimento. O débito global a ser negociado é de US\$ 53,5 bilhões, aos quais serão acrescidos outros US\$ 10 bilhões de juros atrasados até o final deste ano. A proposta, possivelmente a mais ousada já feita pelo Brasil à comunidade financeira internacional, pois praticamente elimina a possibilidade de pagamentos ainda este ano, foi explicitada ontem à tarde em Nova Iorque, ao Comitê Assessor de Negociação da Dívida e, simultaneamente, divulgada pela ministra Zélia Cardoso de Mello, no Ministério da Economia.

Estão sendo oferecidos três tipos de papéis, com prazo e remuneração diferentes, a serem resgatados na data de vencimento ou através de leilões trimestrais, mas sempre de acordo com a capacidade anual de pagamento do setor público brasileiro, em valores crescentes a cada ano.

“Trata-se de uma programação de médio e longo prazos, baseada no fato de que o Brasil não tem um problema estrutural de insolvência. O País pode ter um crescimento auto-sustentável por muitos anos, mas tem problemas de liquidez”, admitiu a ministra. Ela revelou que a promessa anterior do governo de destinar recursos para um “provisionamento”, com o objetivo de iniciar o pagamento aos credores internacionais foi totalmente abandonada. O País igualmente não irá pleitear qualquer redução da dívida, segundo, a ministra. Na prática, essa redução virá através do resgate de títulos em leilões, onde esses papéis terão uma redução automática do seu valor de face.

Engenharia

Falando calmamente, mas recusando-se a fornecer detalhes, que, por enquanto, são conhecidos apenas pelos credores, Zélia explicou que os juros atrasados devidos pelo Brasil (cerca de US\$ 8 bilhões) estão automaticamente incluídos nessa “engenharia financeira”, disse. Ela esclareceu que o esquema proposto ao comitê assessor significa a revisão completa do acordo firmado com os bancos pelo governo Sarney, em 1988.

Ao explicar a revisão de todos os acordos feitos pelo governo anterior, Zélia acrescentou outra surpresa: quebrando o esquema dos acordos tradicionais, o País deverá considerar que, a partir de abril do próximo ano, todos os empréstimos

de curto prazo de bancos estrangeiros passam a ser voluntários. Esses financiamentos, tecnicamente conhecidos como recursos dos “projetos 3 e 4”, originalmente negociados pelo ex-ministro Delfim Netto, destinam-se a financiar importações e exportações brasileiras e à ajuda financeira a agências de bancos brasileiros no exterior. A liberação dos credores em relação a esse compromisso, no entanto, ainda depende de ser encontrada uma solução satisfatória para manter a liquidez dos bancos brasileiros que operam fora do País.

Uma outra inovação anunciada pela ministra: toda a dívida de empresas privadas brasileiras com o exterior está fora dessa negociação. Essa decisão deixa as empresas privadas livres para renegociar seus próprios débitos — da ordem de US\$ 9,4 bilhões — ou pagá-los com recursos gerados por elas mesmas. Os pagamentos em atraso de todo o setor privado, cujos cruzeros já estão depositados no Banco Central, começarão a ser liberados a partir de uma data que será definida na negociação com o Comitê Assessor da Dívida Externa e com base num cronograma a ser definido pelo Banco Central.

O primeiro dos três tipos de papéis a serem trocados pela dívida

externa é o chamado **zero coupon bond**, que terá longo prazo de vencimento e uma remuneração de acordo com as taxas de juros do mercado internacional. No segundo tipo estão os **exit bonds**, com prazos um pouco mais curtos e taxas de remuneração compatíveis com o tempo para resgate. O terceiro tipo não chegou a ser especificado pela ministra, mas será uma opção intermediária entre os dois outros tipos de papéis. Todos eles, no entanto, somente serão resgatados de acordo com a capacidade de pagamento do governo, calculada a partir dos superávits obtidos nas contas públicas, com o qual o governo comprará dólares para saldar esses débitos. A ministra prevê que a capacidade do País para honrar esses papéis crescerá a cada ano.

A proposta de renegociação prevê a realização de leilões para o resgate desses títulos a cada três meses, a serem iniciados a partir de um cronograma a ser definido, caso a proposta brasileira seja aceita pelo comitê assessor. As instituições que não se candidatarem ao leilão poderão ser incluídas através de sorteio. Fora essas possibilidades, o banco credor poderá simplesmente manter o título em seu poder até a data de vencimento.



Proposta de Zélia descarta pagamento de juros este ano, incluindo os atrasados no principal